



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Ata da Reunião Ordinária Itinerante da CONATRAE

Data e Horário: 18 de novembro de 2016, de 14h às 18h.

Local: Salão Oval do Palácio do Governo – Av. Doutor Freitas, 2.531, Bairro Marco, Belém – Pará.

Participantes:

Nome	Instituição
Adilson Carvalho	SDH
Adriana Fernandes	SEEIPS
Almira de Oliveira Mendes	SEASTER
André Rileliro	PF
Andreia Figueira Minduca	Conatrae/SDH
Antonio Carlos Mello Rosa	OIT
Carolina dos Santos Araújo	INCRA
Cátia Araújo	SDH
Cilene Marques Ferreira	CEDECA
Djane Cinthia Corrêa	SEDUC
Eduardo Albuquerque	CNI
Érico Oliveira	DPU
Fabiana Galera Severo	DPU
Flávia Piovesan	SDH
Frederico Toledo Melo	CNA
Gladyson Brito Pereira	UNEAL
Hélida A. Girão	Detrae / SIT
Heloisa Helena B. de Figueiredo	SEDAP
Hildenê Moraes Falqueto	Polícia Civil - SEGUP
Jorge Alberto M. Serejo	SEDHPOP/Coetrae - MA
Juliana André Oliveira	DPPA
Laíssa Pollyana do Carmo	CONTAG
Luciana Paula Conforti	Anamatra
Maria da Penha de Mattos	MPE
Marília Ramos	Repórter Brasil
Mércia Pencia	UBA
Michell Mendes Durans	SEJUDH / PA
Nonnato Masson M. dos Santos	UFMA
Orlando da Silva Vilanova	Sinait
Pe. Paulo Joanil da Silva	CPT / PA
Raimundo da Silva	SRTE
Raquel Ribeiro Martins	SDH
Renan Bernarn Kalil	MPT

Ricardo Rezende Figueira	GPTEC/UFRJ
Roberto Ruy R. Netto	MPT
Rosângela Santos	FNUSUAS/CNAS
Rosângela Silva Rassy	Sinait
Shirley S. Andrade	UFS
Sonia Andrade de Sá e Benevides	GPTEC/UFRJ
Suliane Sudano	GPTEC/UFRJ
Tainá	PRF
Ten. Cel. PM Cecília Santos	PM-PA
Valena Jacob	ABRAT
Valter Zanin	Univ. Pádua - Itália
Xavier Plassat	CPT - Campanha Nacional

1. Coordenação – Conatrae

a. Abertura

Flávia Piovesan – abriu a reunião às 14h30min. Agradeceu pela presença de todas e todos e pela acolhida. Destacou que aquela era uma data simbólica, pois a primeira reunião da Conatrae ocorreu nessa mesma data, em 2003, em Belém. Saudou todos os integrantes da Coetrae – Pará e da Conatrae. Contou que conheceu o Secretário Michell há cerca de um mês e meio em reunião realizada na SDH com gestores de direitos humanos do Brasil.

Michell Durans – agradeceu a visita da Secretária Flávia Piovesan e destacou sua alta capacitação para exercer o cargo que ocupa. Saudou os conselheiros da Coetrae e da Conatrae, os técnicos, os representantes da Defensoria e do Judiciário. Ressaltou a grandeza e a especificidade do estado do Pará e a dificuldade tremenda da chegada das políticas sociais. Parabenizou a Coetrae – Pará pelo trabalho realizado. Destacou a importância de cada instituição cumprir o seu papel e de caminhar todas juntas na exterminação desse mal que assola o estado. Lembrou que o Pará é o primeiro no ranking nacional de resgate de pessoas em condições de trabalho análogas a de trabalho escravo. Reconheceu a necessidade e a importância do apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da Conatrae. Afirmou que precisamos aproveitar essa sinergia para articular políticas que possam vir do governo federal para os governos estaduais e para os municípios. Colocou o Pará à disposição para receber reuniões dessa natureza.

Flávia Piovesan – agradeceu novamente ao Secretário Michel e reiterou a importância de se intensificar o diálogo e a articulação entre as esferas federal, estadual e municipal. Assumiu a visão dos direitos humanos como política de estado. Destacou que, ainda que seja tão desafiadora a violência do trabalho escravo, há muita energia, muita determinação, muita criatividade nesse encontro para que nós possamos identificar quais as estratégias para debelar essa gravíssima violação. Tendo em vista a realização da IX Reunião Científica Trabalho Escravo Contemporâneo e Questões Correlatas, entre os dias 16 e 18, passou a palavra para o Prof. Ricardo Rezende e para a Profa. Valena fazerem um relato do evento.

Valena Jacob – externou sua felicidade como membro da Coetrae e da Conatrae, representando a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – ABRAT, com essa reunião ao final da IX Reunião Científica. Explicou sobre a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia e sobre a parceria com o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo – GPTEC para receber a IX Reunião Científica. Ressaltou o número de trabalhos recebidos e informou que a proposta da Reunião Científica é reunir os pesquisadores que trabalham com essa temática para que possam, uma vez por ano, discutir as suas pesquisas, compartilhar o conhecimento produzido e analisar a situação do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Anunciou que foram 36 pesquisas apresentadas por mais de 36 pessoas, uma

vez que alguns trabalhos foram feitos coautoria, e que houve apoio dos estudantes que ocupavam o prédio da UFPA.

Ricardo Rezende – declarou que foi um prazer retornar ao Pará, onde viveu por 20 anos, e realizar, em convênio com a Universidade Federal do Pará, a IX Reunião Científica: Trabalho Escravo Contemporâneo e Questões Correlatas. Informou que trouxe, da penúltima reunião científica, para lançar o livro “Discussões Contemporâneas sobre Trabalho Escravo: Teoria e Pesquisa”, que reúne 22 artigos. Mencionou que foram apresentadas pesquisas em 10 áreas do conhecimento e destacou o caráter multidisciplinar do evento. Assinalou que no final da reunião científica foi proposta a Carta do Pará, um documento das pessoas que participam do evento que trata da manutenção do conceito atual de trabalho escravo previsto no artigo 149 do Código Penal, da inconstitucionalidade dos projetos de lei, da violação dos instrumentos internacionais de direitos humanos, da importância da proteção da dignidade humana e não só da liberdade e da questão da terceirização como agravante do problema, e por isso contra a aprovação do PL. Registrou que os estudiosos da questão das diversas áreas do conhecimento estão atentos e preocupados com o que poderá acontecer nos próximos dias ou meses no Congresso Nacional.

Flávia Piovesan – agradeceu a contribuição dos professores Ricardo e Valena e solicitou que a carta fosse disponibilizada.

b. Aprovação da Ata da Reunião anterior

Adilson Carvalho – mencionou que a ata foi enviada por e-mail e perguntou se alguém tinha alguma observação a fazer.

Eduardo Albuquerque – indicou a necessidade de retificação na folha 4, na fala da colega Larissa, com a retirada da palavra “não” que antecede o termo “ficou claro”.

Adilson Carvalho – confirmou a solicitação e perguntou se havia mais alguma colocação sobre a ata. Como não houve nenhuma manifestação, declarou aprovada a ata da reunião anterior.

2. Programa “Escravo, nem pensar!”

Adilson Carvalho – informou que o próximo ponto de pauta foi solicitado pela Repórter Brasil e que a Marília apresentaria o programa “Escravo, nem pensar!”.

Flávia Piovesan – pediu que antes da apresentação da Marília fosse escutada a contextualização do programa “Escravo, nem Pensar!” por parte do secretário Michell.

Michell Durans – apresentou um breve histórico do programa “Escravo, nem Pensar!” e da concepção do programa no estado do Pará. Contou que o diálogo sobre o programa começou no sul do Pará, fruto de uma articulação do Grupo de Articulação de Enfrentamento ao Trabalho Escravo – GAET, capitaneado pelo Dr. Jônatas Andrade, juiz do trabalho. Relatou que foi desafiado pelo Dr. Jônatas e pelos integrantes do GAET para que o estado do Pará, por meio da Secretaria de Educação, pudesse assinar o termo de cooperação técnica com a ONG Repórter Brasil e aderir ao “Escravo, nem Pensar!”. Depois disso, foi feita uma reunião com a Leila (coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo) e sua equipe técnica e foi analisada a possibilidade de apresentar a proposta à Secretaria Estadual de Educação. Relatou que Secretária aceitou a proposta e, no início do ano, foi assinado o acordo do “Escravo, nem Pensar!”.

Marília Ramos – se apresentou e comunicou a ausência da Natália. Iniciou a apresentação dos resultados recentes do programa “Escravo, nem Pensar!”. Informou que é um programa de educação da Repórter Brasil voltado à prevenção do trabalho escravo que existe desde 2004, vinculado à meta 41 do II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Atualmente, o programa tem uma abrangência de mais de 10 estados e mais de 200 municípios, beneficiando mais de 500 mil pessoas. O objetivo geral do programa é a prevenção do trabalho escravo por meio da educação. Os objetivos específicos são:

sensibilização dos servidores públicos sobre o tema do trabalho escravo, mobilização da rede pública para a prevenção do problema, fortalecimento da rede de combate ao trabalho escravo – rede que engloba entidades governamentais e atores da sociedade civil. O público alvo do programa são educadores da rede pública estadual e/ou municipal. A metodologia do programa passa pela sensibilização e mobilização, capilarização, multiplicação e formação de rede. Ressaltou que o “Escravo, nem Pensar!”, em parceria com a Secretaria Estadual ou Municipal, consegue atingir as unidades regionais que conseguem capilarizar essa formação, esse processo formativo para as escolas e, a partir do aluno, atingir a comunidade extraescolar. Disse que o programa tem duração de, no mínimo, 12 meses, ao longo dos quais é feito acompanhamento pedagógico constante e que a metodologia foca no processo formativo, no respeito à autonomia educacional e ao protagonismo juvenil. Destacou que a participação do aluno é extremamente importante para atingir a comunidade extraescolar e aumentar a atuação do programa. Indicou que geralmente, ocorre um encontro formativo seguido de um processo de acompanhamento pedagógico. Após o terceiro encontro formativo, é feita a sistematização e divulgação dos resultados. Mesmo após sistematização e divulgação dos resultados, muitas vezes os projetos continuam a ser implementados e continuamos recebendo informações e acompanhando o que está sendo feito na região. Expôs que, a partir de 2014, o programa mudou o foco de atuação. Antes, existia uma parceria muito direta com as escolas e com os professores numa atuação “de formiguinha”. E, a partir de 2014, o foco foi alterado para abranger as unidades regionais, alcançar áreas maiores e conseguir inserir esse tema dentro da rede pública de ensino. Foi feito/agendado um processo formativo como projeto piloto no sul e sudeste do Pará (2014 a 2015), no Maranhão (de 2015 a junho ou julho de 2016), numa região mais ampla do Pará (2016 a 2017) e em São Paulo e Campinas (2016 a 2017). Informou que o projeto piloto no sul e sudeste do Pará teve vigência de agosto de 2014 a dezembro de 2015 e foi aplicada metodologia regional. O foco passou a ser os gestores da educação pública e educadores no geral. Isso permitiu que o programa tivesse essa incidência maior e a capilarização também fosse mais ampla. Abrangeu 11 municípios, alcançou 35 mil pessoas, o tema foi institucionalizado no Plano Municipal de Educação e as ações ainda são empreendidas nas escolas. Mencionou que o “Escravo, nem Pensar!” também produz materiais vinculados às formações realizadas. O projeto no Pará, por exemplo, rendeu um caderno de resultados, e um vídeo de divulgação dos resultados. Informou que todo o material está disponível no site do “Escravo, nem Pensar!” e no site da Repórter Brasil. Registrou que, a partir dessa metodologia desenvolvida no sul e no sudeste do Pará, exportamos a tecnologia para outras regiões. O primeiro estado que conseguiu uma abrangência completa da sua rede foi o Maranhão, cujo projeto teve vigência de abril de 2015 a junho de 2016, alcançou o estado inteiro numa parceria com a Secretaria Estadual de Educação, incluindo 7 regiões e 71 municípios com mais de 49 mil pessoas alcançadas. Destacou que as ações continuam nas escolas, que serão publicadas e que o tema será institucionalizado no currículo do estado. Dessa forma, tratar do assunto não depende mais de uma militância, de uma disposição pessoal dos professores. Até junho de 2016, os resultados parciais foram: 71 municípios atingidos, 378 escolas, 2.723 educadores, 37.533 alunos, 453 profissionais outros, 8.619 pessoas da comunidade. Convidou o Jorge, representante da Coetrae do Maranhão, para comentar sobre o projeto e os resultados.

Jorge Serejo – se apresentou e agradeceu pelo convite. Comentou que, nesse momento, vivemos no Brasil o enfraquecimento das políticas de uma forma geral, dos direitos sociais, inclusive com projetos que tramitam no senado e na câmara de enfraquecimento do próprio conceito do trabalho escravo e de enfraquecimento dos direitos sociais. Lembrou que o “Escravo, nem Pensar!” faz parte do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo do Maranhão. Destacou que o projeto se deu no âmbito da formação continuada e que as unidades regionais de educação puderam se apropriar da metodologia para disseminar o trabalho nas escolas do Maranhão. As escolas tiveram autonomia para desenvolver os seus projetos a partir das propostas dos estudantes e dos professores. Ressaltou que, além de incluir o tema nos projetos pedagógicos, o projeto auxiliou na inclusão do combate ao trabalho escravo na agenda do Maranhão sobre educação em direitos humanos. Salientou que o “Escravo, nem Pensar!” no Maranhão contribuiu com diversas manifestações populares de combate ao trabalho escravo. Um exemplo é a Caravana da Liberdade: uma ação que reúne os três eixos da política – prevenção, repressão e reinserção – em cidades que tem mais incidência de resgate de trabalhadores. Relatou que a Caravana da Liberdade foi realizada em Codó e em Peritoró. Codó é uma das cidades do Brasil que mais tem incidência do trabalho escravo e lá a manifestação contou com quase 2.000 pessoas nas ruas, especialmente estudantes vinculados ao projeto “Escravo, nem Pensar!”. Apontou que está em construção um caderno orientador para subsidiar as intervenções e fortalecer a temática dos direitos humanos nas escolas.

Marília Ramos – enfatizou que a metodologia do “Escravo, nem Pensar!” é sempre discutida localmente e adaptada à situação local. Há sempre essa preocupação de construir juntamente com os atores locais.

Jorge Serejo – informou que naquele mesmo dia, 18 de novembro, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, que tem parceria também com o “Escravo, nem Pensar!” e com os demais órgãos de combate ao trabalho escravo no Maranhão e tem repercussão nacional e internacional, completa 20 anos.

Marília Ramos – destacou que a Repórter Brasil não recebe recursos dos governos estaduais e do governo federal para executar esse projeto. Disse que os eventuais recursos disponibilizados pelos estados são para o pagamento de diárias dos educadores. Retomou o relato do projeto dizendo que as atividades no Pará iniciaram em março deste ano e vão até setembro de 2017, abrangendo 8 regiões, 73 municípios e 595 escolas. Colocou que o processo formativo será até agosto de 2017 e já foi realizado o primeiro encontro com educadores em outubro de 2016 em Belém. As regiões de inserção do projeto são: Belém, Abaiatuba, Castanhal, Conceição do Araguaia, Mãe do Rio, Marabá, Santa Isabel do Pará e Tucuruí. Contou que essas regiões foram escolhidas por possuírem um alto índice de aliciamento e de uso de mão-de-obra, além de contarem com alta taxa de matrículas da rede estadual. Essa questão está diretamente relacionada ao protagonismo juvenil e à perspectiva de aumentar o alcance do projeto para as comunidades extraescolares.

Michell Durans – registrou que o custeio do “Escravo, nem Pensar!” no Pará é fruto de um recurso encaminhado pelo Ministério Público do Trabalho oriundo de um TAC. Agradeceu o MPT pela sensibilidade.

Marília Ramos – informou que o programa no estado do Pará é uma parceria com a Secretaria de Educação, por meio da Coetrae/PA, e bastante estimulada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Continuando o relato do programa, disse que mais recentemente foi iniciada atuação no estado de São Paulo, na grande São Paulo, nas áreas periféricas da capital e em Campinas (de abril de 2016 a dezembro de 2017). A atenção é diferente dos outros estados e está relacionada à migração internacional e sua relação com o trabalho escravo. São 55 escolas, 6.750 pessoas envolvidas, das quais são 593 professores, 4.876 alunos, 118 membros da equipe escolar e 983 pessoas da comunidade extraescolar. A atuação acontece nas escolas com maior concentração de migrantes e filhos de migrantes. Destacou que a ideia é conseguir trazer os migrantes pra dentro da escola e a escola pra fora e que a inserção acontece também em bairros de maior vulnerabilidade econômica. Informou que de 2014 a 2016 o “Escravo, nem Pensar!” produziu diversos materiais didáticos e pedagógicos relacionados às formações realizadas: livros, cadernos temáticos, fascículos, jogos, livro digital, plataforma de ensino a distância, aplicativo, jogos digitais. A partir dos temas que são levantados nas formações ou de questões recorrentes, são desenvolvidos materiais para aprofundar os assuntos nas formações. Reiterou que todos os materiais estão disponíveis no site do “Escravo, nem Pensar!”. Frisou que os próximos passos são: a continuidade dos projetos vigentes, início de um processo formativo na Bahia, ampliação das ações em São Paulo e elaboração metodológica e formação para área de assistência social. Agradeceu e disponibilizou o contato.

Adilson Carvalho – abriu para questionamentos e colocações.

Antônio Mello – agradeceu a Marília pela apresentação e socializou que o projeto “Escravo, nem Pensar!” acontecerá em 2017 na Bahia. Informou que, com recursos disponibilizados pelo MPT, foi feita uma articulação com o governo da Bahia, inicialmente por meio da Coetrae/BA e depois continuada com o GAET. Em outubro desse ano, foi assinado um termo de cooperação entre a Repórter Brasil e o estado da Bahia. O projeto será implementado no estado, que é o segundo com maior origem de trabalhadores egressos do trabalho escravo, seguindo o Maranhão, nas regiões mais endêmicas, principalmente em Barreiras e Santa Maria da Vitória.

Marília Ramos – registrou que a OIT é uma grande parceira do “Escravo, nem Pensar!” e da Repórter Brasil e agradeceu pelo informe. Perguntou se alguém tem alguma pergunta ou colocação.

Adilson Carvalho – falou que a Flávia fará algumas observações e sugeriu que fosse feita uma rodada e depois a Marília fizesse suas considerações.

Flávia Piovesan – parabenizou a Repórter Brasil pelo trabalho. Perguntou qual foi a maior mudança da metodologia passados 10 anos do “Escravo, nem Pensar!”. Colocou a SDH à disposição para avaliar de que maneira é possível expandir o alcance do programa para outras unidades federativas, respeitando as especificidades de cada localidade. Comunicou que a SDH está numa agenda intensa no campo da educação em direitos humanos, que é uma de suas prioridades. Informou sobre o lançamento, no dia 24/11 (quinta-feira), em parceria com o MEC, do Pacto Universitário pela Promoção da Diversidade, Cultura da Paz e Direitos Humanos; sobre o diálogo em curso com a Unesco, com a Unicef e com o Instituto Vladimir Herzog para, no próximo ano, desenvolver um programa de educação em direitos no campo da educação básica. Mencionou outra estratégia na linha da educação em direitos humanos que é a sensibilização dos operadores do direito, das instituições jurídicas. Citou o lançamento, juntamente com a Ministra Carmen Lúcia, do Edital de sentenças que transformam vidas, no qual há a categoria de combate ao trabalho escravo. Convidou a participar do edital com o envio de sentenças importantes, acórdãos, decisões judiciais que puderam fazer a diferença no combate ao trabalho escravo. Deixou o registro de reconhecimento, de entusiasmo e da disponibilidade em somar os esforços para expansão do diálogo federativo, seja junto ao MEC, seja junto às Secretarias Estaduais de Direitos Humanos e às de Educação.

Marília Ramos – saudou todas as ações citadas pela Secretária Flávia. Respondendo a pergunta, informou que a grande mudança da metodologia foi no público alvo prioritário: dos professores e educadores para os gestores da educação. Para isso, a parceria com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação é extremamente importante, pois viabiliza a institucionalização do tema no currículo. Realçou que as Secretarias Estadual e Municipal de Educação tem um papel importantíssimo nessa nova metodologia. Sobre a atuação junto com a SDH, afirmou que pode ser estabelecido um canal de contato e que a Natália, coordenadora do programa “Escravo, nem Pensar!”, é a pessoa mais indicada pra fazer essa conversa.

Adilson Carvalho – perguntou se mais alguém gostaria de fazer o uso da palavra. Como não houve manifestação, deu o ponto por encerrado, agradeceu a participação da Marília e passou para o próximo item da pauta.

3. Aprovação do texto da Conatrac sobre a situação da carreira dos auditores fiscais do trabalho e suas condições de atuação

Adilson Carvalho – fez uma breve contextualização do tema e informou que na reunião passada foi feita uma apresentação pelo Sinait da situação dos auditores fiscais, foram apresentados números e dados principalmente em relação ao déficit de concurso e recursos para atuação da auditoria fiscal trabalhista. Houve a discussão e o encaminhamento que foi tirado é que a Conatrac iria se manifestar por meio de uma moção de apoio à realização de concurso e ao melhor aparelhamento da carreira dos auditores fiscais. Lembrou que o Sinait ficou de mandar o texto por e-mail para que fossem feitas as sugestões, entretanto isso acabou não foi possível. Colocou que o ponto se resumiria, portanto, à aprovação e não mais à discussão do conteúdo do texto. Sugeriu que a Dra. Rosângela fizesse a leitura do texto para, em seguida, coletar os comentários e, se for, o caso, ajustes.

Rosângela Silva Rassy – registrou a satisfação de receber os participantes em Belém e comentou que, infelizmente, estamos retornando 13 anos depois para ainda discutir sobre trabalho escravo. Antes de ler a moção de recomendação a respeito da questão da necessidade de concurso público para auditoria fiscal do trabalho, fez uma breve contextualização da situação. Ressaltou que há apenas 2.500 auditores fiscais do trabalho em todo Brasil. No Pará, são 54 auditores na ativa para cobrir todo território do estado. Mencionou que muito se ouve que a auditoria fiscal do trabalho não realiza a fiscalização que precisa ser feita, mas antes de se afirmar isso é preciso ter o domínio das deficiências estruturais. Destacou que, pela previsão do MTE, deviam ser pelo menos 3.000 auditores fiscais, o que ainda não seria um número suficiente. Citou a pesquisa realizada pelo IPEA em 2012 na qual foi apurada a necessidade do Brasil contar com pelo menos 8.000 auditores fiscais do trabalho até 2017. De lá pra cá, o número ao invés de

aumentar, foi decaindo. Mencionou que, em uma grande reunião com o Ministro do Trabalho, foram colocadas as questões: a responsabilidade institucional é de manter a inspeção do trabalho em nosso país, a responsabilidade é de fazer cumprir a Convenção 81 da OIT, que diz textualmente: é preciso ter um corpo de agentes públicos suficiente para atender o número de trabalhadores brasileiros. Entretanto, o que se vê hoje no Brasil: houve aumento do número de trabalhadores nos últimos anos e o número de auditores fiscais caiu. Pediu para a Conatrae se posicionar sobre o assunto. Prosseguiu com a leitura do documento proposto pela Sinait.

Adilson Carvalho – perguntou se é suficiente a leitura da moção para fazer a aprovação já que o documento não foi inserido nas pastas nem enviado por e-mail.

Frederico Melo – por uma questão de ordem, informou que na reunião passada solicitou que naquele momento não fosse aprovado o texto antes de ser encaminhado porque alguns técnicos não podem tomar decisão pelas entidades que representam. Reiterou o pedido do documento ser socializado por e-mail, conforme dito pela Vera Jatobá, para posterior posicionamento da entidade.

Eduardo Albuquerque – disse que se encontra na mesma situação exposta pelo Frederico.

Adilson Carvalho – lamentou a demora de se fazer um encaminhamento prático de algo que já havia sido decidido politicamente. Registrou que a ata está conforme a colocação do Frederico, que o Sindicato ficou de mandar para os membros o documento por e-mail e que acabou não mandando. Mencionou que o arquivo foi enviado às vésperas da reunião. Sugeriu que, para seguir o que foi deliberado, o Sinait mande por e-mail e que a moção seja aprovada na próxima sessão.

Rosângela Silva Rassy – justificou que a greve dos auditores fiscais, em curso desde agosto, contribuiu para que houvesse o atraso no envio do documento. Informou acatará o que for deliberado.

Flávia Piovesan – lamentou a ausência na reunião anterior e propôs um encaminhamento intermediário: uma vez que o conteúdo é o mesmo do documento enviado, as instituições que já tem posicionamento podem assinar e as instituições que precisam consultar suas bases encaminharão posteriormente seus posicionamentos por e-mail. Respondendo a indagação do Secretário Michell (feita fora da plenária), comunicou que a Coetrae tem direito à voz na reunião e solicitou que todos ficassem à vontade para participar.

Xavier Plassat – lembrou que a Conatrae é uma instância que se manifesta e envia recomendações independentemente da unanimidade. Por se tratar de um assunto bastante discutido e amplamente acordado entre os membros que estão comprometidos com o combate ao trabalho escravo, manifestou-se contrário a protelar a votação pelo argumento apresentada. Defendeu que a moção fosse aprovada naquele momento.

Adilson Carvalho – informou a existência de duas propostas de encaminhamento e submeteu ambas à plenária:

1. Aprovação das instituições naquele momento, ficando apenas a CNI e a CNA com respostas pendentes. Após a consulta de suas bases, as duas instituições encaminhariam suas posições por e-mail.
2. Aprovação da moção naquele momento por consenso ou por maioria, se for o caso.

Por aclamação, submeteu a proposta 2 à plenária

Frederico Melo – por modificação da forma registrada na ata da reunião anterior, absteve-se de votar.

Eduardo Albuquerque – da mesma forma, absteve-se de votar.

Adilson Carvalho – pronunciou a aprovação da proposta 2 por maioria com 2 abstenções.

4. Denúncia de perseguição: auditora fiscal Lilian Carlota Rezende

Rosângela Silva Rassy – explicou o outro ponto de pauta solicitado pelo Sinait que trata da denúncia feita em setembro de 2016 pela auditora fiscal Lilian Carlota, de Santa Catarina. Observou que essa denúncia não pode ser considerada como algo individual e que o Sindicato dos Auditores abraçou essa causa por entender a gravidade do ocorrido. Relatou que, em 2010, foram realizadas 2 fiscalizações em 2 estabelecimentos rurais nas quais foram lavrados 23 autos de infração. Destes 23 autos, apenas 1 tinha como objeto o trabalho escravo. Os demais eram atrasos de salário, retenção de documentos, ou seja, direitos básicos do trabalhador que estavam sendo infringidos pelos empregadores. O caso foi apreciado pela Justiça do Trabalho e a juíza de então, Dra. Patrícia, considerou que os auditores fiscais do trabalho haviam exorbitado de suas funções e lavrado autos de infração que caracterizaram verdadeiros crimes. Leu a expressão utilizada pela juíza: “os AFTs cometeram crime porque inventaram fatos”. Ressaltou que os próprios empregadores durante o processo confirmaram os fatos e que havia fotos, documentos, audiovisuais. Destacou que um auditor fiscal jamais lavra um auto de infração sem que ele tenha elementos de convicção. Informou que o processo foi para TST, que em março de 2016 declarou o erro da juíza e determinou que o processo e os autos retornassem a Santa Catarina para que fossem novamente apreciados de *per si*. Anunciou que a juíza havia colocado todos os 23 autos de infração no mesmo processo, o que declarou se inconcebível. Argumentou que cada auto de infração deveria dar origem a um processo, pois cada auto correspondia a uma irregularidade. Ao retornar a Santa Catarina, o processo foi retomado pela Dra. Érica Machado da Silveira. Pediu desculpas caso houvesse algum representante da digna magistratura trabalhista na reunião e relatou que a Dra. Érica ainda fez pior, pois colocou mais elementos ao determinar nos autos processuais trabalhistas o envio ao Ministério Público Federal e à Corregedoria do Ministério do Trabalho para que esses órgãos abrissem inquérito administrativo contra os 3 auditores fiscais do trabalho. Informou que a Dra. Érica repetiu a mesma frase: “porque os auditores cometeram um crime”. Expôs a gravidade da situação, pois os auditores fiscais, que já enfrentam um contexto adverso, precisariam se preocupar com as interpretações dos juízes a respeito de seus trabalhos. Informou que o Sinait protocolou no CNJ um pedido de providências contra a Dra. Érica. Chamou atenção para a relação pessoal entre a juíza e o proprietário da empresa processada. Externou sua preocupação desse tipo de caso tornar-se corriqueiro, o que comprometeria o funcionamento da auditoria do trabalho. Apresentou o pedido do Sinait: que a Conatrae reafirme, por meio de um documento ou uma manifestação, que o conceito administrativo de trabalho de escravo evoluiu muito. Quando a juíza se refere ao auto de infração do trabalho escravo, coloca que não existia trabalho escravo porque não havia privação da liberdade. Recordou que conceito penal já foi alterado e que o conceito administrativo de trabalho escravo tem como referência as convenções internacionais da OIT e é baseado nisso que a inspeção do trabalho se posiciona. Reafirmou que não há como se aceitar o entendimento da magistratura nesse sentido e que houve uma flagrante falta de respeito aos trabalhadores. Citou que os trabalhadores foram contratados para receber salário mais comissão e já estavam trabalhando há mais de 3 meses sem receberem. Sobre isso, a Dra. Érica disse no processo: “Eu dou razão ao empregador em reter os salários dos trabalhadores porque eles saem e vão encher a cara”. Destacou que é um fato novo para a Auditoria Fiscal do Trabalho esta interpretação dada e é um fato muito grave que não poderíamos deixar de trazer para a Conatrae. Deixou uma cópia com a Secretária do documento protocolado no CNJ e do relato da auditora fiscal Lilian Carlota. Pediu que a Comissão examinasse a questão.

Adilson Carvalho – abriu espaço para as colocações.

Luciana Conforti – informou que é representante da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra e disse que tem ciência do caso, inclusive no âmbito da Associação. Declarou que não concorda com os posicionamentos da colega juíza, mas que, por questões éticas, não irá se imiscuir no entendimento da magistrada. Pontuou com um pouco de preocupação a questão, uma vez que há muita controvérsia e muita divergência de interpretação em torno das condições degradantes e da jornada exaustiva que caracterizam o trabalho escravo. Lembrou que as questões vinculadas à proteção de direitos humanos não podem apresentar uma concepção fechada, elas são justamente abertas para que protejam da melhor forma as pessoas. Destacou que os magistrados não podem abrir mão da independência de suas interpretações. Ressaltou que são proferidas decisões fundamentadas corretas ou não e que são submetidas às instâncias que são próprias para revisar essas decisões. Quanto aos excessos porventura cometidos pela colega, alegou que existem as instâncias próprias para avaliar a questão da linguagem, dos preconceitos que ela tenha cometido em face dos trabalhadores e também a punição, se é que ela teve ou

tem alguma vinculação com políticos, empresários, advogados etc. Assinalou que não se pode personificar a questão e colocar a magistratura toda em cheque por uma decisão que não está de acordo com tudo que se sabe acerca da erradicação e prevenção do trabalho escravo. Afirmou que não pretende de forma alguma defender a posição da juíza, mas que é preciso respeitar as prerrogativas dos magistrados. Frisou que uma ação pontual específica, que com certeza vai ter todas as análises possíveis para que seja punida a magistrada, se é que ela tem que ser punida, não pode ser convertida para que haja um prejuízo de prerrogativas constitucionalmente previstas.

Adilson Carvalho – informou da circulação da moção discutida no ponto anterior para que todos postem as assinaturas.

Flávia Piovesan – ponderou que há no caso duas institucionalidades importantes, por um lado a magistratura e por outro os auditores fiscais. Concordou com a Dra. Luciana que o canal institucional é realmente o CNJ para tratar as irresponsabilidades, os abusos, os excessos e tomar as medidas cabíveis. Considerou que é possível extrair ao menos duas preocupações: a primeira se refere ao conceito do trabalho escravo e a segunda vincula-se às prerrogativas dos auditores no exercício de suas atribuições, uma vez que o caso chega ao excesso de criminalizar as ações dos auditores. Propõe para a próxima reunião a elaboração de uma nota, pelo Sinait, na qual fossem registrados/reforçados a importância de se manter o conceito de trabalho escravo com essa nuance de que o conceito administrativo tem uma configuração distinta da esfera penal e que sejam asseguradas as prerrogativas institucionais para o livre e pleno exercício funcional. Defendeu ser essa uma postura construtiva, não adentrando nas minúcias do processo, mas reforçando uma institucionalidade necessária na erradicação do trabalho escravo.

Luciana Conforti – comentou que há uma necessidade de melhor formação dos magistrados na área de direitos humanos e também uma maior integração entre os magistrados da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal. Propôs a inserção dos temas vinculados aos direitos humanos, em especial o combate ao trabalho escravo, nos cursos da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho – Enamat, que faz a formação inicial e continuada dos magistrados. Defendeu que a inserção desses temas facilitaria muito a compreensão, sensibilização, entendimento, pois tanto os juízes federais quanto os do trabalho ou os da justiça comum não tem nenhuma intimidade com os instrumentos internacionais. Sugeriu também que o CNJ mobilizar o intercâmbio de informações entre juízes do trabalho e federais.

Hélida Girão – comunicou que a Divisão de Trabalho Escravo – Detrae do MTE terminou dois trabalhos qualitativos de verificação das irregularidades encontradas nas propriedades urbanas e rurais onde há resgate de trabalhadores. O trabalho já está terminado, falta apenas uma consolidação mais precisa. Colocou que a equipe da Detrae tem plenas condições de participar das capacitações sugeridas por meio de exposições para mostrar o que é condição degradante, pois as ocorrências características estão presentes em 99% das situações encontradas. São informações que ajudam a desmistificar lendas que se criam e que são faladas exaustivamente de que trabalho escravo é deflagrado porque o copo era de plástico ou porque o colchão tinha poucos centímetros. Destacou que as pesquisas mostram o que ocorre de fato com cada um dos indicadores e como se dá a simultaneidade de várias irregularidades trabalhistas que culminam na questão do trabalho degradante, por exemplo. Colocou-se à disposição para atender essa demanda de capacitação.

Xavier Plassat – chamou atenção do prof. Ricardo e da profa. Valena sobre o trabalho exaustivo realizado pela Detrae, pegando as informações da base desde 2004, examinando detalhadamente cerca de 1.500 relatórios de todos os estados e identificando quais foram os autos de infração alegados pelos fiscais do trabalho para caracterizar o trabalho escravo ou descartá-lo. Ressaltou que é um trabalho monumental que poderia ser matéria futuramente de pesquisa para o GPTEC, mas que no momento é um instrumento extremamente útil para trazer para o plano da objetividade uma discussão que vem sendo travada numa área de puro preconceito, puro achismo, sem embasar em realidade qualquer. Destacou que a informação levantada pela Hélida poderá ser útil para as formações, para nosso trabalho de convencimento, inclusive quando essa discussão estiver em pauta no Congresso.

Hélida Girão – complementou que são 2 trabalhos independentes, inclusive com bases de pesquisa apartadas. O trabalho da Detrae que concentrou-se exaustivamente em todos os relatórios de fiscalização de 2004 pra cá e, paralelamente, o projeto da OIT que está vinculado aos relatórios do sistema, onde são inseridos os resultados de fiscalização.

Flávia Piovesan – externou por parte da SDH que há total entusiasmo e interesse na questão da capacitação. Contou que há iniciativas com a escola nacional dos magistrados, que é coordenada pela Ministra do STJ, Maria Teresa. Informou que será lançado, no início do ano judiciário de 2017, um seminário com todos os ministros do STJ sobre direitos humanos, envolvendo juízes da corte interamericana, europeia etc. Considerou viável uma interlocução com as instituições: Anamatra, TST na pessoa do Ministro Lélío Bentes, CNJ com a Ministra Carmen Lúcia, STJ, MPT, OIT entre outras. Defendeu a importância do diálogo interinstitucional. Se propôs a fazer reuniões específicas para concretizar essas ações no primeiro semestre de 2017.

Rosângela Silva Rassy – dentro desse ponto, aproveitou para solicitar a inclusão da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho – ENIT.

Adilson Carvalho – falou que entende que o conteúdo do processo e a maneira que a juíza se portou são inadmissíveis, mas compreende também, como a Dra. Luciana apontou e ressaltou, que a questão tem que ser tratada no fórum específico. Destacou que, do ponto de vista disciplinar, as medidas a serem tomadas no caso devem ser no âmbito do Conselho Nacional de Justiça. Colocou que, embora a Conatrae não tenha competência disciplinar, concorda que uma manifestação nossa dizendo, por exemplo, que desaprova esse tipo de atitude tem o seu valor político e pedagógico. Ratificou a sugestão da Flávia e destacou que é necessário redigir um texto específico, assim como foi feito com o tema anterior. Já que não tinha mais ninguém inscrito, perguntou se poderia ser esse o encaminhamento.

Por aclamação, o encaminhamento foi aprovado. Ficou como encaminhamento que o Sinaut mandará minuto do texto por e-mail para considerações e que o documento será aprovado na próxima reunião.

5. Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo

Flávia Piovesan – contextualizou o surgimento do Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo. Relatou que houve uma reunião com 22 secretários e secretárias de estado de direitos humanos para intensificar o diálogo federativo e impulsionar esse fórum de gestores, que já era uma ideia anterior do então Ministro Vannuchi e de outros que assumiram a pasta anteriormente. Foi solicitado que cada gestor apresentasse 3 experiências exitosas e os desafios. Relatou que dessa reunião dois desdobramentos no campo dos desafios foram lançados: o primeiro deles foi justamente o de combater e erradicar o trabalho escravo no Brasil e o segundo se refere à temática da tortura. Contou que a SDH se responsabilizou por rascunhar a versão preliminar do que seria o Pacto Federativo e encaminhar a todos os gestores para que pudessem tecer comentários e sugestões. Destacou que essa é uma ideia nova, que houve já iniciativas anteriores, mas considerou que boas iniciativas devem ser resgatadas. Informou o retrato atual: 15 estados com Coetrae, 4 ou 5 Planos Estaduais de combate e erradicação do trabalho escravo. Ressaltou que o Pacto foi fruto legítimo da discussão desse coletivo. Mencionou que o documento é sucinto e que traz as responsabilidades da União e as responsabilidades dos estados ao instituir esse pacto federativo, buscando articular os entes federados na erradicação do trabalho escravo. Fez a leitura dos objetivos da SDH que constam no artigo 3º da minuta do Pacto. Declarou que os 4 incisos no artigo 4º seriam os objetivos dos Estados aderente. Convidou todos para o lançamento do Pacto, no dia 13 de dezembro às 11h30 no Conselho Nacional de Justiça. Mencionou que o CNJ é um palco estratégico para somar e articular diversas instituições no combate ao trabalho escravo. Registrou que tão logo foi lançada essa ideia, alguns estados já acenaram para adesão. Falou que há possibilidade de participação do Ministério Lélío, endossando a importância de manter e defender o conceito de trabalho escravo. Salientou que será um momento no qual contaremos com secretários notáveis, como o Michell, que estarão aderindo e externando o compromisso pleno e público com a causa, e no qual reforçaremos outras pautas como conceito de trabalho escravo.

Adilson Carvalho – acrescentou algumas informações de contextualização. Explicou que o documento é muito modesto e que esse formato foi uma opção estratégica, optou-se por dar um passo pequeno, porém seguro. Deu como exemplo que Pacto não contempla os municípios, pois são mais de 5.000 municípios e essas articulações demandariam tempo e energia política. Defendeu que será um grande marco conseguir que todos os estados tenham Coetrae até o final de 2017. Afirmou que, a partir da adesão desse conteúdo mínimo, outras iniciativas mais ousadas podem, de acordo com o contexto de cada um, e devem ser tomadas. Ressaltou ser importante o Pacto focar na criação e no fortalecimento das Coetraes por conta da política acontecer no local. Dessa forma, a criação da Coetrae põe em marcha um círculo virtuoso porque chama a atenção para o problema, provoca o aparecimento de mais denúncias, surgem mais fiscalizações, o tema ganha mais espaço na mídia. Finalmente, o problema é inserido na agenda política. Destacou que é nos estados e nos municípios que é possível ter uma atuação mais forte na reinserção dos trabalhadores para evitar a reincidência. Disse que no processo de mobilização optou-se por fazer uma articulação e primeiro com os estados que não tem Coetrae, contando com o apoio imprescindível e fundamental do Ministério Público do Trabalho que tem uma rede bem articulada em todos os estados. Citou como exemplos o apoio do Dr. Thiago em Alagoas e do Dr. Fernando no Acre. Informou os estados que já confirmaram adesão ao Pacto: São Paulo, Minas Gerais, Pará, Acre, Amazonas, Paraíba (já preencheu e assinou), Alagoas, Paraná. Falou que a negociação já está bem avançada com Pernambuco e com Distrito Federal. Reiterou o convite a todos que possam apoiar nesse processo e declarou aberta a palavra.

Michell Durans – justificou a ausência do governador Simão Jatene e disse que ele mandou um abraço a todos. Esclareceu que o Pará já vem cumprindo o Pacto, que a Coetrae do Pará está bem ativa. Pediu que todos os representantes da Coetrae ficassem de pé e agradeceu a todos pelo trabalho realizado no enfrentamento ao trabalho escravo. Mencionou que o Pará já tem um Plano Estadual e que o Plano está passando por uma reavaliação, sendo repensado a partir da característica de cada região do estado. Acrescentou que o estado também desenvolve o projeto “Escravo, nem Pensar”, como já foi apresentado. Ressaltou que todas essas ações não são suficientes, mas reconheceu que está se avançando. Aproveitou a oportunidade para fazer uma breve reflexão do contexto atual e afirmou que a sociedade está parada em uma encruzilhada civilizatória. Destacou que a realidade precisa ser modificada a partir de espaços como esse, espaços de construção, de sinergia, de pessoas que convergem para uma mesa meta. Declarou que por orientação do governador Simão Jatene o Pará aderirá ao Pacto e que estará presente em Brasília no dia da reunião. Colocou o Pará à disposição para construir política pública de enfrentamento do trabalho escravo. Ressaltou que, apesar de todas as dificuldades que foram colocadas sobre a fiscalização, o nosso desafio maior é dar um encaminhamento para que esse trabalhador não seja revitimidado. Reforçou que a encruzilhada civilizatória tem que ser analisada e revista por cada um de nós para que possamos avançar.

(assinatura do Termo de Adesão)

Flávia Piovesan – destacou mais uma vez a simbologia do evento: o Pará se sediou a primeira reunião da Conatrae em 2003 é o primeiro estado a aderir formalmente o Pacto com assinatura do nosso Secretário. Declarou ser uma sinalização extraordinária de comprometimento, de entrega à causa. Pediu desculpas por não ter aberto para as apresentações dos participantes no início da reunião. Rompeu o protocolo e passou a palavra pra cada um que se apresentasse.

Adilson Carvalho – sugeriu que seja feita a rodada de apresentação e que, ao mesmo tempo, as pessoas coloquem suas observações sobre o Pacto.

Adilson Carvalho – SDH / Conatrae

Raquel Martins – SDH / Conatrae

Marilia Ramos – Repórter Brasil. Saudou a ideia do Pacto Federativo. Colocou sua preocupação em relação ao prazo estabelecido para a construção um novo Plano Nacional para Erradicação do Trabalho (até junho de 2017). Mencionou a necessidade de avaliar o II Plano e citou a plataforma de monitoramento, realizada pela Reporter Brasil em parceria com a OIT, para subsidiar a elaboração do III Plano. Comentou sobre a carta compromisso que é feita pela Conatrae desde 2006 e executada pelo Repórter Brasil. Por exemplo, nas eleições de 2016, dois prefeitos assinaram a carta, o Crivela no Rio e o

Dória em São Paulo. Considerou que a carta compromisso pode ser um ponto de partida para atuação porque vai um pouco além da assinatura.

Padre Paulo Joanil da Silva – Comissão Pastoral da Terra / Pará. Informou que estão na fase final da elaboração do Plano. Defendeu que ainda falta muita vontade política de decisões sérias e pontuais para a erradicação do trabalho escravo, principalmente levando até as últimas consequências a punição dos empregadores que praticam esse crime hediondo. Cobrou do Secretário Michell a aprovação do Plano Estadual o mais rápido possível.

Xavier Plassat – Comissão Pastoral da Terra, integrante da Conatrae, vice-presidente da Coetrae do Tocantins. Comunicou que o estado Tocantins assinará o Pacto. Ressaltou que não podemos acreditar que uma assinatura garantirá o avanço real senão tivermos o cuidado de cobrar, mobilizar a sociedade para que isso aconteça. Aproveitou a ocasião para lembrar que provavelmente nesse mesmo salão em 19 de maio de 2007 foi assinado o pacto federativo para combater o trabalho escravo, um primeiro pacto em Belém, chefiado pelo Pará, acompanhado por outros 4 estados: Maranhão, Mato Grosso, Piauí e Tocantins, que na época eram os estados na frente dessa praga do trabalho escravo, bem como de iniciativas já tomadas pela sociedade civil e pelo governos estaduais. Infelizmente, esse pacto federativo de 2007 não vigorou. Conjunturalmente, considerou ser muito importante que a manifestação do pacto federativo contra o trabalho escravo seja publicizada. Registrou que o último compromisso dos estados é o compromisso de defender o arcabouço legal que embasa nossa possibilidade de combater eficientemente o trabalho escravo. Parabenizou a iniciativa e defendeu, como a Marília, a definição de um prazo mais razoável pra construir o Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo para que ele seja realmente efetivo.

Hélida Girão – Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho. Considerou muito tímida a redação do inciso III do artigo 4º. Sugeriu utilizar a expressão “cooperar com as ações de fiscalizações do trabalho” que transcende o mero apoio logístico.

Antônio Mello – OIT. Parabenizou a SDH pela iniciativa ambiciosa e declarou o apoio da OIT na realização das ações.

Renan Kalil – representante do MPT na Conatrae. Saudou a iniciativa da SDH, especialmente na tentativa de extrair um compromisso político dos estados em rechaço à modificação do conceito de trabalho escravo no Brasil. Mencionou que é um dos temas que está na ordem do dia no Congresso Nacional e destacou a relevância da ação nesse momento.

Fabiana Galera Severo – defensora pública federal, representante da DPU em São Paulo na Coetrae de São Paulo desde a sua instituição em julho de 2012 e representante da DPU na Conatrae desde julho desse ano, coordenadora do GT Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo no âmbito da DPU. Parabenizou a iniciativa do pacto federativo, considerou que veio em boa hora pela necessidade de fortalecer as parcerias interinstitucionais. Julgou ser um compromisso importante pra fixar mais claramente com datas ações para os estados. Lembrou que, como o Adilson já adiantou, em São Paulo a minuta do Plano foi encaminhado há 4 anos e até agora o Plano não foi aprovado. Salientou a necessidade de cooperação entre os órgãos, atores, sociedade civil, inclusive o setor privado envolvidos no combate ao trabalho escravo. Mencionou que foi muito debatida a necessidade de fortalecimento das parcerias e da atuação interinstitucional no combate ao trabalho escravo no encontro científico organizado pelo GPETEC, pela Coetrae do Pará e pela UFPA. Sugeriu que a cooperação mencionada no inciso III do artigo 4º., como a Hélida bem colocou, não seja apenas apoio logístico e não somente para a fiscalização do Ministério do Trabalho. Indicou como possível redação a expressão “o apoio à atuação interinstitucional nas medidas de repressão e prevenção” para deixar claro que o trabalho precisa ser feito com o engajamento de todos os atores da sociedade. Para exemplificar a importância das parcerias, citou a decisão do caso de responsabilização por trabalho escravo na cadeia produtiva da empresa responsável pela marca M. Officer, isso foi fruto de um trabalho interinstitucional que começou no final de 2013. A ação civil pública é do MPT, mas as ações foram acompanhadas pelo MPT, a DPU fazendo as ações individuais dos trabalhadores que dão respaldo, a Receita Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego com o trabalho

articulado de cruzamento de dados que foi fundamental pra conseguir esse trabalho. Opinou ser muito interessante a retomada da discussão do III Plano, pois há muito o que ser atualizado. Deu como exemplo a participação da defensoria que começou em 2010 e do projeto Ação Integrada no âmbito da prevenção. Indicou como sugestão a inserção de 2 pontos no item 4º: apoio político a divulgação da lista suja e a ratificação do Protocolo à Convenção 29 da OIT. Levantou a necessidade de avançarmos sobre a convenção sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de Sua Família

Roberto Ruy Neto – representante do MPT. Parabenizou o evento e disse que MPT continuará apoiando qualquer iniciativa tendente a abolir o trabalho escravo no Brasil. Registrou a realidade de completo desmonte da fiscalização do trabalho no Brasil, em especial do Pará, um desmonte até criminoso. Destacou que a Delegacia do Trabalho no Pará praticamente não funcionaria se não fossem as destinações dos TACs do Ministério Público e que o Estado que se diz de direito social não pode depender de TACs do Ministério Público para funcionar a fiscalização do trabalho. Deu como exemplo a destinação de um TAC na semana passada para que a Delegacia tivesse combustível para fazer fiscalização. Ressaltou que a Delegacia do Trabalho e a Superintendência Regional do Trabalho são imprescindíveis para a efetivação dos direitos sociais. Sem uma fiscalização do trabalho forte, ficaremos apenas na discussão sobre o trabalho escravo. Defendeu que, por mais que exista uma conjuntura de crise, o Estado brasileiro tem que se comprometer realmente a fortalecer a instituição Ministério do Trabalho. Fez sua moção de apoio aos auditores fiscais denunciando esse desmonte da fiscalização, que em sua opinião é um desmonte proposital.

Raimundo da Silva – auditor fiscal do trabalho coordenador da fiscalização no meio rural e também de combate ao trabalho escravo no Pará. Declarou que há muito tempo não se faz fiscalização no estado do Pará justamente pelas razões já expostas por todos. Denunciou o sucateamento total da instituição responsável pelo combate ao trabalho em condições análogas ao escravo, pela fiscalização do trabalho infantil, pela segurança e saúde do trabalhador em um estado que possui mais de 1 milhão e 200 quilômetros de extensão e que só possui 54 auditores fiscais para realização de todas essas atividades. Relatou que não há sequer copo para tomar água dentro da superintendência do trabalho e papel para escrever um expediente. Informou que vivem de TAC há muito tempo e que isso já foi denunciado pelo Sindicato há mais 4 ou 5 anos. Destacou que se chegou a essa cifra maravilhosa de número de resgatados ao longo de mais de 20 anos graças ao esforço de guerreiros mesmo, como disse o nosso procurador. Disse ter fé que, a partir de reuniões como essa, se consiga reverter esse quadro com o apoio de todos. Contou que tem esperança na condução com dignidade do combate ao trabalho escravo nesse país.

Djane Corrêa – Secretária de Educação do Estado do Pará. Falou sobre a participação da instituição como parceiros do projeto “Escravo, nem Pensar!”. Destacou que o combate ao trabalho escravo não é apenas mais um tema, mas que integrará o currículo, não sendo um assunto pontual na escola. Informou que as escolas estão trabalhando outros temas também: trabalho infantil, violência sexual contra criança e adolescente. Declarou que as portas das escolas estão sempre abertas para que se possa levar e alcançar o maior número possível se fazendo os debates sobre as temáticas. Ressaltou que até 2017 serão beneficiadas 630 escolas pelo “Escravo, nem Pensar!”. Citou que a metodologia do “Escravo, nem Pensar!” já vem sendo utilizada pelo estado para trabalhar outras temáticas.

Maria da Penha – representante do Ministério Público do Estado na Coetrae. Reafirmou o compromisso na esperança de que realmente sejam implementadas ações para a efetivação dos direitos fundamentais do cidadão.

Cilene Marques – representante do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente na Coetrae. Parabenizou pelo evento, pelo pacto e pelo programa “Escravo, nem Pensar!” e se colocou à disposição.

Hildenê Moraes – delegada de polícia civil representando a Secretaria de Segurança Pública. Parabenizou pela iniciativa e concordou com as observações que foram feitas por algumas pessoas para fixar uma data mais clara para implementação do Pacto. Colocou a instituição à disposição.

Almira Mendes – representante da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará na Coetrae. Mencionou que a assinatura do Pacto expressa a intencionalidade política do

governador em relação ao fortalecimento das ações desenvolvidas pelas secretarias estaduais. Destacou que não basta apenas fortalecer a repressão e a fiscalização, que são importantes, mas é essencial ter uma vigilância sócio-assistencial permanente para evitar que essas situações perdurem. Ressaltou a necessidade de priorizar ações da área de trabalho, emprego e renda com relação ao fortalecimento dos SINEs, da intermediação da mão-de-obra, do seguro-desemprego, que darão retaguarda de inclusão e reinserção desses trabalhadores dentro de uma perspectiva do trabalho decente. Há, portanto, necessidade de injeção de recursos direcionados para o fortalecimento de todas as ações dentro da área de combate ao trabalho escravo e do trabalho infantil, algo que a secretaria e o governo do estado já vem fazendo há bastante tempo, mas que precisa ter continuidade e fortalecer todas essas ações conjuntamente.

Heloisa Helena Figueiredo – representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca. Manifestou o apoio à moção do Sinait e à fala do MPT sobre o fortalecimento do trabalho de fiscalização e inspeção. Informou que a SEDAP instituiu um Grupo de Trabalho para estudar com bastante critério, com bastante minúcia essa situação que tem sido levantada com relação aos agricultores familiares, as condições dos agricultores familiares com relação aos contratos de Pio Palma e Agropalma. Colocou publicamente o que está sendo feito na Secretaria com relação a essa questão pelo fato da Secretaria ser o órgão responsável pela política agrícola da agricultura familiar no estado. Declarou a satisfação de fazer parte do grupo, elogiou a condução do secretário Michell que tem sido um estímulo para que o trabalho seja muito bem feito. Parabenizou e agradeceu a Leila pelo trabalho árduo que vem fazendo junto a todas as instituições do Comitê e parabenizou a Conatrae pela iniciativa.

Eduardo Albuquerque – CNI. Colocou dois pontos sobre o Pacto: o primeiro foi um questionamento sobre a portaria criar obrigações para os estados federados, defendendo que a portaria não é dotada de eficácia normativa externa e que estaria extrapolando sua finalidade. O outro ponto refere-se à defesa do atual conceito, argumentando sobre a sua subjetividade. Declarou que o conceito não é claro e que isso é mencionado nas próprias reuniões da Conatrae. Citou como exemplos as reuniões de julho e a de hoje. Mencionou que o próprio Ministro Dalazen, presidente o Tribunal Superior do Trabalho, já afirmou expressamente que esse conceito é subjetivo e que ele traz mais problema do que solução.

Frederico Melo – representante da CNA.

Suliane Sudano – integrante do Grupo de Pesquisa de Trabalho Escravo Contemporâneo da UFRJ.

Érico Oliveira – defensor público federal lotado em Belém, representante na Coetrae. Mencionou que o Pacto veio em um bom momento. Elogiou a fundamentação do documento nos instrumentos internacionais, mas chamou atenção para a necessidade de se ter uma instrumentalização prática para não ficarmos apenas na letra morta. Aderiu ao que foi sugerido pela colega Dra. Fabiana no sentido de trazer mais órgãos a essa fiscalização que é mencionada no inciso III do artigo 4º. Ressaltou que as Coetraes têm desempenhado um papel fantástico, mas sugeriu que elas devam se tornar mais próximas da população, sendo transformadas em um canal de comunicação com a população em geral para eventuais denúncias de trabalho escravo. Defendeu que as Coetraes atinjam o grau de popularidade semelhante ao Procon. Aderiu à moção de recomendação dando força à carreira dos auditores fiscais.

Rosângela Santos – integrante da Coordenação nacional do Fórum Nacional dos usuários dos SUAS, Conselheira Nacional de Assistência. Declarou que ficou muito feliz com o convite da Leila. Defendeu que só o combate não dará o resultado almejado, mas é preciso somar forças para que o resultado do está sendo feito tenha efetivamente um futuro diferente do tem sido até agora. Colocou o Fórum Nacional dos usuários dos SUAS e o CNAS à disposição.

Adriana Fernandes – assessora da Secretaria de Integração de Políticas Sociais. Colocou a secretaria à disposição para encarar o cenário de forma integrada. Reforçou a necessidade de pensar uma estratégia de fortalecer os auditores fiscais do trabalho.

Valena Jacob – representante da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – ABRAT na Coetrae e na Conatrae. Mencionou que a ABRAT faz parte da Conatrae há pouco tempo e que essa participação muito nos honra porque a ABRAT vem assumindo desde a sua criação uma postura de defesa dos direitos

laborais que estão sendo vilipendiados. Parabenizou a assinatura do Pacto. Destacou o inciso II do artigo 3º. sobre a criação do Observatório do Trabalho Escravo. Nesse sentido, colocou o GPETEC e a Clínica de Direitos Humanos da UFPA à disposição do Observatório. Citou que em pesquisa de tese de doutorado desenvolvida no programa de pós-graduação foi editado um livro com toda análise jurisprudencial dos processos criminais ajuizados no estado do Pará. Foi feito um levantamento e análises de teses que, infelizmente, em sua maioria são absolutórias para que se possa denunciar o que está acontecendo. Lembrou que anteriormente a expectativa era alterar a competência da justiça estadual para a justiça federal, se achava que ia ter solução para esse problema da impunidade. Alterou-se a competência, mas pelo menos nos processos acompanhados de todo Brasil, por meio de acordo de cooperação técnica com o MPF, a maioria das decisões também é absolutória. Mencionou que existem indicadores do problema que os intérpretes estão tendo em conceituar e caracterizar o crime e isso é muito preocupante. Destacou que a Clínica foi convidada a fazer outros tipos de pesquisa. Colocou à disposição da Conatrae o banco de dados atual que foi divulgado no primeiro relatório na primeira parte da pesquisa. Destacou que foi muito bem-vinda a criação do Observatório porque há uma ausência de sistematização dos dados, das informações. Expôs que nenhum escravocrata foi condenado em regime fechado no estado do Pará. De todo o levantamento, que são quase 400 processos analisados, existem 3 cumprindo pena em regime semi-aberto, a maioria acaba cumprindo pena alternativa de doar cesta básica e prestar serviço comunitário. Afirmou que há uma certa benevolência dos magistrados na aplicação da lei penal na condenação dos escravocratas. Foi verificado que a mão do magistrado quando aplica uma pena para um traficante é mais pesada do que para um escravocrata, que comete um crime que atinge a dignidade do trabalho, um crime atentatório dos direitos humanos. Destacou que na academia tem-se a obrigação de mostrar para os alunos, para sociedade a responsabilidade de exigir uma justiça mais honesta, uma justiça mais célere e uma justiça justa.

Ricardo Rezende – coordenador do GPETEC. Ficou pensando um pouco nesse momento que estamos vivendo. Mencionou que no Pará foram assassinados Paulo Fonteles, o João Batista, o Gabriel Pimenta, a irmã Adelaide Molinari, João Canuto, Expedito Ribeiro de Sousa, Dezinho, irmã Dorethy Stang. Aqui nesse estado teve a chacina da curva do S. Contou que quando estava no Pará tinha começado a anotar os mortos e o primeiro morto anotado foi o Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, em 1980. Quando saiu, em 96, só naquela região do sul do Pará, a lista já alcançava 200 pessoas assassinadas. Dessas 200, 105 foram no conflito fundiário. Destacou que o crime do trabalho escravo nunca está isolado, está sempre ligado ao conflito fundiário, à sonegação de impostos, à destruição do meio ambiente, é um conjunto de fatores. Numa região como a do Pará, o enfrentamento do crime do trabalho escravo implica também em resolver outras questões (demarcação de terras indígenas, solução das questões fundiárias etc.). Há um conjunto de problemas gravíssimos. Informou que, em função desses problemas, foi criado, em 1991, logo depois do assassinato do Expedito, na Procuradoria-Geral da República, que era coordenada pelo Dr. Aristides Junqueira, o grupo de discussões violência no campo. E nesse fórum de discussão em Brasília, em 91/92, com a presença do Lélío, Dr. Camargo, Dra. Ruth Vilela, um conjunto de pessoas começou a pensar na PEC do trabalho escravo, na mudança do artigo 149. Participaram a deputada Socorro que do Pará, Ademir Andrade que era senador, Paulo Rocha. Lembrou que naquele momento o problema paraense acabou levantando uma discussão nacional de como enfrentar esse problema. E o primeiro grupo de fiscalização móvel foi composto por conta de um problema ocorrido no sul do Pará. Ressaltou que é um momento histórico a vinda da Conatrae aqui e é um momento do governo paraense abraçar com muito vigor, junto com a Coetrae ações para enfrentar esse problema. Salientou que o problema tem medidas curativas, mas também tem que ser enfrentado a partir de medidas preventivas, o que depende muito dos governos federal e estadual. Estimou que novas e melhores mudanças viessem para o Pará e para o Brasil.

Luciana Conforti – representante da Anamatra. Disse que ficou bastante entusiasmada, com um novo fôlego para enfrentar esse problema. Informou que a Justiça do Trabalho também passa por um momento bastante difícil com a redução do orçamento e com o aumento de ações. Citou que esse ano a justiça do trabalho deve receber 3 milhões de ações e que o horário de trabalho foi reduzido para economizar a energia elétrica pelo corte do orçamento. Mencionou que essa reunião é emblemática como todos já disseram, pelo local que estamos, pela renovação dos compromissos assumidos há um tempo. Sugeriu que, ao se falar em dar apoio à manutenção do conceito como está no Pacto, fosse reforçado incluindo a expressão “para proteção da dignidade humana e não apenas da liberdade”. Considerou que não há mais espaço para colocar de modo pejorativo que o conceito é subjetivo dentro da Conatrae. Ressaltou que,

quando se fala que o presidente do TST diz algo sobre o conceito de trabalho escravo, é importante destacar, com todo respeito, que ele fala em nome próprio, não fala em nome dos juízes do trabalho e nem do TST. Lembrou que o ministro Francisco Fausto, que faleceu recentemente e que era presidente do TST, foi quem encampou a luta pela alteração do conceito do artigo 149, na época em 2003. Registrou que isso é um novo fôlego, uma reunião de esforços, uma luta que não deve cessar.

Layssa Poliana – Contag. Informou que atualmente a Contag compõe a Conatrae como entidade sindical representante dos agricultores familiares e dos assalariados rurais. Parabenizou a SDH pela iniciativa do pacto federativo e disse que a Contag reafirma o compromisso para erradicação do trabalho escravo porque os trabalhadores rurais continuam sendo os mais atingidos.

Jorge Serejo – representante da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular / MA, presidente da Coetrae do MA. Parabenizou a Dra. Flávia e o Adilson pela iniciativa. Parabenizou também a adesão do Pará na figura do Secretário Michell. Comunicou que o Maranhão fará adesão ao Pacto, o governador já se manifestou que vai aderir ao Pacto e o secretário se fará presente na cerimônia do Pacto. Declarou que a posição do Maranhão é radicalmente contra a revisão do conceito atual de trabalho escravo, que entende que foi uma grande conquista e que não é um momento de retroceder nas conquistas. Falou que o Maranhão se sente plenamente à vontade para consolidar o Pacto porque já vem dando passos nesse sentido. Já foi institucionalizada a Coetrae e ela está em pleno funcionamento, com mais ênfase a partir de 2015. A articulação de instituições na Coetrae permitiu o enfrentamento a temas que estão voltando a tona: aprovação do projeto de lei que cassa o ICMS de empresas vinculadas ao trabalho escravo, a caravana da liberdade, parcerias como o “Escravo, nem Pensar!”, parceria com a OIT para pesquisa. Colocou à disposição a Coetrae do Maranhão e o governo, por meio da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, para auxiliar outros estados na criação de Coetraes. Informou que estão na segunda versão do Plano, a primeira é de 2007 e a segunda é de 2012. Destacou que se chegou na fase de monitoramento do Plano, na qual tem se encontrando muita dificuldade. A meta agora em relação ao plano é monitorar e repactuar, verificar o que já vem sendo cumprido e de que maneira é possível racionalizar o cumprimento do que já vem sendo cumprido e partir para novos parâmetros. Considerou que o plano é o parâmetro da aferição de sucesso ou insucesso de políticas públicas. Defendeu que a proposta de um novo plano nacional deve ser construído a partir do monitoramento do que já está sendo feito para evitar que o novo plano não tenha medidas concretas de efetividade. Sugeriu que fossem acrescentados no texto do Pacto: monitorar os planos estaduais já existentes e criar instrumentos de monitoramento dos Planos Estaduais já existentes. Disse que também está de acordo com as sugestões feitas para o inciso III.

Cecília Santos – tenente coronel da Polícia Militar, integrante da Coetrae. Declarou que a polícia militar é aliada em toda e qualquer ação no combate ao trabalho escravo e se colocou à disposição.

Juliana Oliveira – coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública Estadual do Pará. Disse que se sentiu contemplada com a fala da defensora federal Fabiana e do Dr. Érico em relação ao item III do Pacto, pois é preciso ampliar a interinstitucionalidade do enfrentamento ao trabalho escravo. Contou que iniciou a carreira atuando no sul do Pará, que conheceu a herdeira do João Canuto. Ressaltou o quanto o trabalho escravo é socialmente aceito no sul do Pará. Destacou que a própria população não pensa como nós e que isso é um ponto importantíssimo para se conseguir de fato mudar uma realidade. Expôs que esse momento histórico está muito complicado para quem atua em direitos humanos, pois é preciso sempre explicar o que é direitos humanos. Há um ataque sistemático pela mídia, uma lógica equivocada do que é o trabalho dos direitos humanos. Diante disso, reforçou a necessidade de fortalecer a educação em direitos humanos. Falou que estamos correndo o risco de ter um retrocesso por interpretação equivocada do que vem a ser essa conquista histórica. Explicou que o papel da defensoria pública estadual dentro do enfrentamento do trabalho escravo estaria vinculado à questão da educação em direito e da reinserção social dos trabalhadores. A DPU fica, de acordo com as suas atribuições institucionais, com a parte trabalhista e a parte da reinserção tem que ser feita pelas defensorias estaduais junto com as secretarias estaduais de direitos humanos e as demais secretarias. Defendeu que os planos estaduais devem mencionar a atuação da defensoria no foco da reinserção para que não tenhamos esse círculo vicioso. O papel da defensoria estadual é garantir que não haja o retorno dos trabalhadores. Parabenizou a todos pelos trabalhos desenvolvidos.

Rosângela Silva Rassy – auditora fiscal do trabalho, representante do Sinait. Concorde com a colocação da colega Héliida e apresentou uma sugestão de redação para o item: “dar colaboração institucional e apoio logístico às ações de fiscalização”. Ao ouvir a representante da PM, lembrou as inúmeras vezes que foi necessário o apoio institucional da polícia militar no interior do estado do Pará e que ela sempre esteve presente. Mencionou que quem deveria acompanhar a fiscalização é a polícia federal, a política rodoviária federal. Destacou que a questão da segurança ainda é muito deficitária para a auditoria fiscal do trabalho.

Orlando Vilanova – auditor fiscal do trabalho aposentado, integrante da diretoria do Sinait. Fez uma breve reflexão sobre a inspeção do trabalho. Citou que o artigo 1º. da constituição traz cinco fundamentos, desses cinco, a inspeção do trabalho atua em 3 diretamente: cidadania, dignidade da pessoa humana e valor social do trabalho. Lembrou que a inspeção do trabalho está inscrita expressamente no artigo 21 da Constituição: organizar, executar e manter a inspeção do trabalho. Ressaltou os seguintes dados: 2 mil auditores fiscais do trabalho para atender mais de 5 mil municípios; 700 mil acidentes de trabalho todos os anos; 14.500 casos de invalidez permanente e 2.800 mortes.

Xavier Plassat – confirmou que o estado do Tocantins assinará o pacto. Aproveitou, na linha da memória feita pelo Ricardo Rezende, deixou o registro do escândalo produzido pela notícia de hoje na Folha de São Paulo: o atual ministro da Agricultura do Brasil se referindo a mortes de ambientalistas vinculadas a problemas relacionais entre essas pessoas. Ressaltou que dos 150 ambientalistas assassinados no ano passado um terço era do Brasil. Lembrou a figura do Zé Claudio e da Maria do Espírito Santo. Declarou que colocar a morte cruel desse casal na conta de problemas de relacionamento é o fim da picada, que colocar também na conta de problemas relacionais o assassinato cruel do secretário municipal do meio-ambiente de Altamira, em 13 de outubro, Luis Alberto Araújo, é indigno. Julgou ultrajante o comportamento do governo brasileiro na Conferência Internacional de Marrakech, no Marrocos, desmerecendo lutadores pela preservação e defesa, em especialmente da Amazônia, e que também lutaram contra o trabalho escravo que sempre esteve associado à derrubada da floresta.

Tainá – representante da Polícia Rodoviária Federal, integrante da Comissão de Direitos Humanos. Reafirmou o compromisso da PRF junto ao Pacto Federativo. Mencionou que a PRF está presente na Coetrae e na Conatrae. Declarou apoio aos auditores na questão da segurança dos auditores e informou que estão nesse cenário de risco de morte e trocas de tiro no estado do Pará.

Flávia Piovesan – Externou que quem lida com direitos humanos lida diariamente com a dor humana. Ressaltou que o desafio é: como conferir escuta ativa e de que maneira reagir a essa dor por meio de políticas públicas mais eficazes e marcos legislativos mais sensíveis. Defendeu que o converge cada um de nós é compartilhar desse desafio e do mantra que reputo ser o mantra dos direitos humanos: a salvaguarda da dignidade da pessoa humana e a prevenção ao sofrimento humano. Agradeceu à Juliana e a todos pelas intervenções tão valiosas. Disse que a temática da educação em direitos humanos, mencionada pela Juliana, é um ponto prioritário e que compartilha da visão que se há uma cultura de negação e violação em direitos – e o indicador disso é estarmos aqui debatendo no século XXI, em 2016, formas de erradicação do trabalho escravo – temos que fortalecer a cultura de afirmação e promoção de direitos humanos. Defendeu que somos movidos pela indignação, mas sobretudo pela esperança de que haja uma ótica transformadora de realidades. Externou sua profunda gratidão pelo diálogo aberto, livre, destemido. Reiterou, como disse o Adilson, que foi um estratégia, uma opção metodológica adotar um pacto minimalista, singelo, como um ponto de partida e não de chegada, como instrumento para cobrança, como instrumento que permite a gestores públicos o compromisso louvável já feito por 3 estados – Pará, Maranhão e Tocantins. Acolheu todas as sugestões e ponderou que elas aprimoraram o Pacto. Ratificou que essa não é uma iniciativa inédita, mas muito necessária nesse momento, e que não é uma iniciativa única, cada qual aqui coopera com iniciativas e precisam existir outras iniciativas, outros esforços. Mencionou que o acolhimento das propostas não implica qualquer comprometimento com as adesões já feitas porque não são mudanças estruturantes. Concordeu com a Marília em dilatar a data prevista no inciso I do artigo 3º, que seja dezembro de 2017, quiçá junho de 2017 ou 2018, é uma ponderação a se fazer. Considerou muito construtivas as observações da Fabiana, do Jorge, da Juliana, da Rosângela e de outros que acenaram a questão inciso III do artigo 4º. que sugerem, a título de substitutivo, alguma coisa nessa linha: “cooperar com as ações de fiscalização do Ministério do Trabalho, mediante apoio logístico e

colaboração institucional”. Considerou também o que foi dito envolvendo as medidas de prevenção e repressão ao trabalho escravo e o tema do monitoramento do plano para os estados que já os tem. Comentou sobre o esforço empenhado no diálogo com o Ministério das Relações Exteriores para impulsionar a ratificação de tratados, então está na nossa lista de demandas reiteradas, ratificação do Protocolo à Convenção 29 da OIT, a Convenção dos Trabalhadores Migrantes e suas famílias, como também a convenção interamericana de combate ao racismo, à intolerância e uma outra que é convenção interamericana para pessoas idosas, que foi adotada em junho de 2015. Então, com essas considerações, devolveu a palavra ao Adilson e depois ao nosso Secretário. Apenas como encaminhamento, sugeriu que os trabalhos fossem encerrados às 18h15, pois falta um ponto da pauta.

Adilson Carvalho – De acordo com a orientação da Flávia de contemplar todas as sugestões, declarou que serão feitas as adaptações no texto. Ressaltou que o ponto de pauta sobre o Pacto foi incluído pela SDH justamente por isso, para mostrar a minuta, ouvir as sugestões, as ponderações. Considerou que o objetivo foi plenamente atingido, pois saímos com um documento mais amadurecido, mais aprimorado.

6. Atividades da Semana Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo

Adilson Carvalho – contextualizou a semana do 28 de janeiro, destacando seu simbolismo e sua grande importância para a militância, para luta contra o trabalho escravo. Lembrou que comumente, ano a ano, a Conatrae se articula com atividades diversas. Falou que a proposta é começarmos a pensar coletivamente o que estamos programando para a semana do 28. Citou como exemplo a agenda no congresso nacional que integrou a programação do ano passado. Destacou que essa agenda recomeçou fortemente com vários itens que tocam diretamente as nossas discussões de direitos humanos e especificamente de trabalho escravo. No nosso caso, mais especificamente a discussão sobre a regulamentação da PEC do trabalho escravo, o PLS 432 que está em vias de ser apresentado o relatório na CCJ e de entrar na pauta de votação muito rapidamente. Disse que isso dá um pouco de contexto para nossa programação, pois estaremos no meio desse furacão. Abriu a palavra para ouvir de cada representante o que inicialmente está pensando, sem prejuízo de que a gente possa continuar essa discussão virtualmente e na próxima reunião, que será a última do ano.

Fabiana Galera Severo – solicitou uma questão de ordem e expôs que a última reunião do ano tinha ficado para o dia 13, inicialmente as 9 horas, mas foi anunciado pela Secretária que o lançamento do Pacto Federativo será às 11h30. Diante disso, pediu um esclarecimento sobre a data e o horário da reunião da Conatrae.

Adilson Carvalho – ratificou que o evento no CNJ será no dia 13 de dezembro às 11h30. Sugeriu que a reunião da Conatrae permaneça no dia 13 de dezembro, mas na parte da tarde, a partir das 14 horas, se todos concordarem (não houve objeções). Em relação à Semana, como não apareceu nenhuma inscrição e pelo adiantar da hora, reproduziu a sugestão da Flávia de que a gente amadureça essa discussão pelos nossos canais virtuais – e-mails, telefone, whatsapp etc. – e que sem falta na próxima reunião, no dia 13 de dezembro, a gente faz a discussão, volta ao assunto. Devolveu a palavra para Flávia fazer o seu encerramento.

Flávia Piovesan – Reforçou o encaminhamento mencionado pelo Adilson e passou a palavra para o secretário Michell.

Adilson Carvalho – Pediu desculpas e lembrou que da sessão de informes prevista na programação. Franqueou a palavra aos participantes.

7. Informes

Laíssa Poliana – informou que, nos dias 06 a 09/12, a Contag realizará o II Seminário Nacional de Assalariados e Assalariadas Rurais em Brasília. Estarão presente cerca de 200 dirigentes sindicais dos sindicatos de trabalhadores rurais e de assalariados e assalariadas rurais para discutir as pautas de combate

ao trabalho escravo, à informalidade e outros assuntos inerentes ao assalariamento rural. Na semana que vem o convite será encaminhado para Conatrae e para outras organizações e alguns membros da Conatrae nos ajudarão na programação.

Flávia Piovesan – reiterou o convite para o lançamento do Pacto Universitário pela promoção do respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos e que inclusive entidades apoiadoras (Unesco, British Council, Max Planck Institute e outros) que já se comprometeram a lançar fomento à pesquisa na área de direitos humanos. E haverá na Secretaria de Direitos Humanos a partir das 14 horas um seminário de Educação em Direitos Humanos. Além do Pacto Federativo no dia 13 às 11h30 e da reunião da Conatrae a partir das 14 horas, convidou todos no dia 14 às 15 horas para a solenidade do prêmio em Direitos Humanos e um dos temas é justamente o combate ao trabalho escravo. Relatou que foi agraciado um trabalhador resgatado que foi reinserido e que está na luta contra trabalho escravo.

Jorge Serejo – Disse que o resgatado mencionado pela Secretária Flávia é o Marinaldo, trabalhador resgatado do Maranhão da cidade de Pindaré. Ele vem articulando a organização de trabalhadores resgatados no Maranhão, inclusive esse ano teve o III Encontro de Trabalhadores Resgatados do Maranhão. Ele é um dos organizadores junto com o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia. Informou que hoje o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos completa 20 anos, uma importante organização dos direitos humanos do Maranhão, com reconhecimento internacional. Ano passado a Brígida, que é representante do Centro de Defesa na Coetrae – MA, também foi agraciada com o prêmio direitos humanos. Destacou que é a segunda premiação do Maranhão. Comunicou que o governo do Maranhão apoiará a realização da Conferência Mundial da Paz no contexto do Novembro pela Paz Dia 20 próximo, domingo.

Xavier Plassat – Informou que, nos dias 04 a 06 de dezembro, se reunirão os representantes do Centro de Defesa do Maranhão, da CPT do Maranhão, do Piauí, do Pará e do Tocantins para dar concluir a construção de um programa que nos mobiliza já há vários meses com o apoio da OIT que se chama Rede de Ação Integrada para combater a escravidão e que terá no Pará 2 polos de atuação: um na região do Tapajós, voltada à identificação da situação de escravidão vinculada à extração de madeira, e outro na região do Tucuruí ligado ao trabalho de prevenção junto à comunidade com forte componente de vulnerabilidade da migração para o trabalho escravo. O mesmo está acontecendo em outros polos no interior do Maranhão, do Piauí e do Tocantins.

Adilson Carvalho – agradeceu a presença de todos, avaliou a reunião como muito produtiva. Agradeceu o convite e parabenizou o pessoal do GPETEC pela realização do encontro científico que também foi riquíssimo com exposições muito interessantes, agradeceu imensamente a acolhida a Conatrae da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos na pessoa do Secretário Michell e, especialmente, na pessoa da Leila. Agradeceu à equipe da Conatrae.

Michell Durans – agradeceu e reiterou a alegria de recepcionar e ciceronear essa reunião da Conatrae. Agradeceu a presença dos conselheiros e das conselheiras da Conatrae e da Coetrae. Agradeceu a Leila e sua equipe da Coordenação de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas pelo empenho e pela forma que eles vêm executando o trabalho junto à Coetrae. Disse que sai da reunião esperançoso e que avançaremos nessa pauta. Ressaltou que a pauta de direitos humanos é uma pauta complexa. Declarou que o Pará recepciona conflitos agrários, grandes projetos, expectativas de grandes projetos, conflitos urbanos, mas que é prioridade do governo do estado em enfrentar essa pauta. Apesar de todas essas dificuldades, essas adversidades, afirmou que o Pará é o estado da gastronomia, do meio-ambiente, do potencial hídrico e que o desafio do governo do estado é transformar toda essa riqueza que o Pará tem em benefício do nosso povo. Concluiu declarando que a Secretaria de Justiça e Cidadania está de portas abertas para continuar recepcionando reuniões dessa natureza e dessa monta.

Flávia Piovesan – Corroborou com o sentimento de gratidão, de esperança. Afirmou que todos sabemos e cada qual nessa reunião é uma defensora e um defensor dos direitos humanos. Destacou que a história dos direitos humanos não é linear, é marcada por luzes e por sombras, por avanços e por recuos, mas sempre por ações emancipatórias, por lutas. Parabenizou o secretário Michell, a Leila e sua equipe e cada defensor e defensora que integra a Conatrae e a Coetrae. Fez um reconhecimento especial ao estado do

Pará, do Maranhão e do Tocantins por já externarem esse compromisso na luta pela erradicação do trabalho escravo.

8. Encaminhamentos:

- Realização da próxima reunião da CONATRAE no dia 13 de dezembro, às 14 horas.
- Elaboração da minuta do texto da Conatrae sobre a denúncia da auditora fiscal Lilian Carlota Rezende pelo Sinait, envio por e-mail para considerações e aprovação na próxima reunião.
- Discussão sobre as atividades da Semana Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo na próxima reunião da Conatrae.
- Realização de reuniões específicas, no primeiro semestre de 2017, da SDH com diversas instituições (Anamatra, TST, CNJ, STJ, MPT, OIT, ENIT) para desenvolver ações de capacitação em direitos humanos para os magistrados e operadores do direito.